

- REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA -

Aos dezanove dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, nas instalações do Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, sitas na Rua da Bandeira, União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, teve início pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos, uma Reunião Ordinária Pública do Órgão Executivo da Câmara Municipal do Barreiro, sob a presidência do senhor Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa estando presentes os seguintes senhores vereadores: Sara Isabel Lopes Heitor, Sara Isabel da Conceição Ferreira, Rui Miguel Santos Braga, Paulo André Raposo de Assunção Fernandes, Alexandra Maria dos Santos Gomes Alves Silvestre, Pedro Miguel da Cunha Estrela, Margarida Teixeira e Bruno Jorge Viegas Vitorino.

Os senhores vereadores, **João Pintassilgo, Sofia Martins, Rui Lopo e Sónia Isabel Oliveira Lobo**, por motivos profissionais foram substituídos pelos senhores vereadores **Sara Isabel Lopes Heitor, Pedro Miguel da Cunha Estrela e Alexandra Maria dos Santos Gomes Alves Silvestre**

A ordem do dia da reunião faz parte integrante da presente ata e encontra-se inserta no final da mesma como "**Anexo A**".

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -

Nos termos do disposto no art. 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro foi iniciado o período antes da ordem do dia, onde se apresentaram e debateram assuntos de interesse geral da autarquia.

Sr. Presidente no uso da sua palavra inicia a reunião a cumprimentar todos que nos assistem no local e em casa também. Srs. Vereadores, dar uma nota breve em relação ao covid e enquanto se mantiver uma nota breve, é um sinal que as coisas estão a evoluir favoravelmente. Vou tentar ser sintético e transmitir também um pouco daquilo que tem sido a auscultação que tenho feito em relação às Festas do Barreiro como já tinha referido na última reunião. Em relação à vacinação, as coisas estão a correr manifestamente bem, como é o panorama nacional conforme vamos percebendo. No dia que se vacinou mais gente em Portugal, não sei se foi no domingo ou se foi na segunda, também foi quando vacinámos aqui mais pessoas, uma média de 1000 pessoas. Está-se a fazer também vacinação de algumas dos professores que não tinham sido vacinadas naquela primeira leva, o que também tinha sido levantado aqui em reunião de câmara, quando e como é que iria ser feito e está a ser feito. Dizer-vos também que no que diz respeito a incidência cumulativa dos últimos 15 dias que agora os dados que vamos recebendo e já não é o número total de casos ativos como foi durante muito tempo, tem a ver com isto, nós com o último boletim que o recebi de ontem ou anteontem estávamos nos 36, mas dizer-vos que a norma tendo sido oscilar entre os 30 e os 40. Isto porquê, porque muitas vezes se há um dia que houve mais, ultrapassa o horizonte os 14 dias, esse é retirado da média, mas temos oscilar entre os 30 e 40 e o último que eu recebi tava 36, mas diria que universo tem sido tem sido este e que se mantenha assim para menos e não obviamente por mais, dizer-vos ainda uma coisa que também gostava de ressaltar, tenho tentado acompanhar e também

falar com forças com as forças de segurança e ressaltar que, genericamente nesta reabertura, até do comércio, tem-se visto uma atenção, por parte dos comerciantes em geral e também da população de ter de manter as regras. Não queria deixar de salientar isto e que assim se mantenha, porque a estes números, o que nós queremos é reduzir e não que venham a aumentar, até porque nós sabemos que com a chegada do verão também nos impele a ter atividades de rua, mas que as regras se continuem a manter o que me parece fundamentalmente essencial para que as coisas continuem a correr como estão nos últimos tempos, a correr manifestamente bem. Dizer-vos que também tenho falado com algumas pessoas sobre a questão das festas do Barreiro, questão que depois desta auscultação que eu próprio vou fazer, vou também remeter a vereadora Sara Ferreira, enquanto Presidente da Comissão de Festas para também levar à Comissão de Festas e embora seja previsível as coisas correrem nomeadamente bem ao nível da vacinação, coisa que só pode melhorar com o tempo e que em Agosto poderão estar já muito bem, poderão estar com certeza bem melhor do que agora, parece-me que o critério de prudência e, acima de tudo, de salvaguarda das pessoas e de manter alguma ordem não pode ser abandonado. Muitas pessoas me perguntam se vai ou não haver festa, é normal que as pessoas tenham esta ansiedade porque querem sair de casa, conviver e também voltar à normalidade e ainda bem que assim é mas também não podemos nunca ter um regresso que seja precipitado ou sem condições de segurança à normalidade e que seja potenciador de um retrocesso ou de um nível de incidência maior que nos possa fazer, não só recuar relativamente mas ter impacto na saúde das pessoas diretamente e todos nós assistimos já a situações de como isto pode afetar a saúde por isso, estas condições tem que estar perfeitamente salvaguardadas e não estando perfeitamente salvaguardadas eu acho que a segurança vai ter que ser, como é sempre, o objetivo número um a ser cumprido, por isso, diria que dificilmente vamos avançar para ter festas, mas deixando em aberto de acordo com o timeline, tanto mais, que já falámos aqui, até um mês, um mês e meio antes, para se poder tomar a decisão final. Srs. Vereadores, posto isto, eu passaria a palavra dando, obviamente, preferência para esta temática, mas dando-vos também a liberdade, para além desta temática, possam acrescentar também outros temas na vossa intervenção.

O vereador Bruno Vitorino no uso da sua palavra cumprimenta as senhoras e senhores vereadores e quem assiste a esta reunião. Em relação à questão covid, não tenho mais nada a dizer, acho que já foi tudo dito ao longo de meses e meses de reuniões.

De facto, a única coisa que a mim me parece que a Câmara Municipal ficou muito aquém daquilo que poderia ter feito, de facto, foi o apoio às famílias, às empresas na parte das instituições, julgo que até respondeu de forma de forma célere e de forma correta, às pessoas, às famílias, às empresas não o fez e não foi por falta de apresentar um conjunto de propostas, de ideias, de sugestões, algumas até copiadas de outros municípios do país que tiveram e que atenderam, digamos assim, não ao problema só da pandemia, mas a crise económica e social que já aí está e que aí vem. Lamento que não se tivesse feito um esforço para chegar mais além.

Algumas questões concretas que muitos munícipes me vão colocando e que eu gostaria de trazer aqui a reunião de câmara para que pudessem ficar assinaladas e pudessem porventura, merecer por parte

vereadores responsáveis a atenção devida. Um caso muito concreto que já aqui trouxe é em Santo André, na Rua de Díli, nº 11, um munícipe que coleciona lixo. E o lixo está na sua casa, está no prédio, já é uma situação recorrente, devidamente assinalada mas está na mesma e, portanto, pedir junto das entidades competentes, por parte da Câmara Municipal relativa aos assuntos Sociais possa junto da Autoridade de saúde agir, porque eu fui lá hoje ver e sentir e é impensável alguém conseguir viver, os vizinhos conseguirem viver naquele naquela situação, além do perigo que representa depois o modo de vida da pessoa, é preciso perceber efetivamente é uma questão social claramente de uma pessoa que não tem condições de morar sozinho, mas aquilo do ponto de vista da saúde pública é algo inaceitável que é preciso uma atuação, eu falei nesse assunto há talvez há 2 meses e o assunto está na mesma e a única entidade que agiu entretanto foi a PSP que lá foi tentar convencer o senhor que era preciso retirar pelo menos parte do lixo que ele já acumula nas escadas, o cheiro é nauseabundo, é impensável, qualquer pessoa poder viver naquelas circunstâncias e os vizinhos terem de viver também naquelas circunstâncias e, portanto, pedir uma ação mais firme da Câmara na resolução desta questão em concreto.

Nós temos sempre de nos meter na pele das pessoas, acho eu, pelo menos é o que eu tento fazer, portanto, não sou insensível às mensagens que vão mandando e procuro dentro do tempo que tenho disponível que não é assim muito, mas procuro ir perceber e ver este tipo de situações e aquilo tem que ter solução, tem de ser resolvido. O Estado não pode falhar desta forma num conjunto de entidades que parece que ninguém age, portanto, peço a atenção em relação a esta mesma matéria. O mesmo em relação a o lixo nas rua, é um tema recorrente, é estratégia apresentar agora em relação à questão da recolha do lixo e final do mandato, apresentámos a estratégia que a vamos fazer agora o projeto piloto, acredita quem quer, não interessa, mais vale tentar fazer um projeto piloto que possa ser resolver, que não fazerem nada, é pelo menos um assumir que há problemas, não é mau, porque já me responderam às críticas que aqui trazia como não há problema nenhum, está tudo ótimo, está tudo bem.

Eu prefiro assim, mas quer dizer, 4 anos de mandato e só a 3 meses de eleições é que há um projeto-piloto, só numa freguesia, vamos ver, acho que se podia e devia ter feito mais nesta mesma matéria. Outra questão tem a ver com alimentar os animais na via pública, não é, não houve nada neste mandato em relação ao controle de colónias., nomeadamente gatos, na via pública e nada em relação a termos aqui uma bolsa, por exemplo, de cuidadores, de pessoas que formadas e de algum investimento na câmara que visasse 2 coisas ao mesmo tempo, uma primeira, portanto, nós poderíamos ter do ponto de vista do bem-estar animal, de cuidar daqueles animais e, ao mesmo tempo, sabendo quem são, identificadas espécies, utilizando o processo e a verba que até existe o Estado para poder, digamos, assim por este proceder à esterilização de muitos da daquele daqueles animais, podemos ter um controlo, as espécies existentes. Por outro lado, ao nível de saúde pública através dos cuidadores e de outro tipo de intervenção que existe em muitos outros municípios, podermos do ponto de vista da saúde pública, cuidar daquilo que é o nosso espaço, espaço público e da prevenção de doenças que surgem, efetivamente quando há um descontrolo total que existe em muitos sítios e cada vez mais e cada vez pior do nosso concelho.

Dois ou três exemplos, nós temos queixas na Rua Stara Zagora nas traseiras dos prédios, temos queixas nas traseiras da Rua Elias Garcia, temos queixas em Santo André nas traseiras da Avenida dos Fuzileiros navais, temos queixas na rua Primeiro de Dezembro, a porta de clínicas ali existentes, que é onde as

peessoas gostam de despejar em frente à Junta de Freguesia do Barreiro, Rua Luís Garcia, é um dos sítios onde alguém aí há anos despeja a comida na calçada portuguesa, comoda dos animais que são alimentados na rua e aquilo lá fica, da Rua Primeiro de Dezembro, em frente a uma clínica de saúde, onde as pessoas vão lá por questões de saúde, à porta da clínica onde resolve fazer, portanto, a necessidade do aumento da fiscalização, das ações de limpeza e da resolução do problema que está por trás desta mesma matéria uma questão de fundo, mais uma área que, de facto, pode-se até pôr qualquer coisa no Facebook de uma cidade amiga dos animais mas era show-off, porque na prática, 4 anos passados e não se viu nada em relação a esta mesma área não é de bem-estar animal e da questão como é óbvio da questão da limpeza e da salubridade, de saúde pública, e do impedir de transmissão de doenças, portanto, mas Sr. vereador Rui Braga estava a esboçar um sorriso, está no seu direito, também faço a mesma coisa, portanto, está no seu direito, mas aproveito a deixa para responder a dizer que o senhor está de parabéns como mestre da propaganda, está de parabéns, porque o senhor consegue passar às vezes através de coisas que vai pondo nas redes sociais e nos vídeos bonitos, consegue fazer passar uma mensagem de coisas que nunca fez, que é uma desgraça em termos de gestão. Estou a dizer a Câmara como um todo, também terei responsabilidade porventura nalgumas, mas consegue, dou-lhe os parabéns, naturalmente por isso e as pessoas ficam todos contentes, vêm o post, metem lá um like, mas o que é que está atrás daquilo? O que é que foi feito? Nada, está tudo na mesma em relação àquilo que era antes. Esta é uma área, mas desafio o Sr. Vereador a vir aqui dizer-nos na área do bem-estar animal, o que é que fizemos, quando as colónias controlamos, foram amigos dos animais mas no quê? É política a este nível, efetiva. Quantas colónias, quantos cuidadores formámos, quanto associações apoiámos a sério que visam fazer protocolos com associações para este mesmo objetivo? Não há, não há. Fica-lhe bem o olhe, peço desculpa, podíamos ter feito mais e melhor nestas áreas, não é, reconhecemos o erro, mas não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo. Era bonito, era bem mais bonito que pormos um post a dizer que estamos fartos de trabalhar nesta área, mas cada um assume as coisas como melhor entender. Uma pergunta em relação à questão das obras da Fonte de Feto, só perceber efetivamente em relação à AUGI da Fonte de Feto, aquilo que são as obras de Santa Engrácia, perceber qual é o ponto da situação em relação àquela questão, se há alguma luz ao fundo túnel para percebermos todos como é que enquanto decisores da Câmara Municipal, como é que aquela questão está e já agora em relação às obras na escola de Fonte de Feto o que foi feito e o que está para fazer e o que é que está previsto fazer para melhorar aquela escola.

Uma pergunta que porventura não tenho a certeza, não tendo a certeza, pergunto! O que não tem faltado é exceções dentro daquilo que é o processo de vacinação, exceções à regra só etária ou à primeira regra da questão das doenças. Uma questão que eu sei que não dependerá naturalmente da vontade do município, mas a pergunta que faço é se nosso pessoal que está no processo de vacinação, processo que tem funcionado globalmente bem, e mete um conjunto de entidades diferentes, tudo o que diga respeito à saúde pública, os enfermeiros que lá estão, quer dizer toda a gente está vacinada menos o nosso pessoal que acaba por ter um contacto também direto com as pessoas. Esse pessoal pode ou não pode, digamos assim, também entrar no processo de vacinação? Porque no fundo são as únicas pessoas que estão no processo e não estão vacinadas, não estão protegidas comparado com os outros ao dia de hoje. Como é

que nós conseguimos proteger um bocadinho mais o nosso pessoal que está naquele processo e só temos é que agradecer, naturalmente, o trabalho e disponibilidade dos mesmos em relação a essa mesma situação, mas se podermos ajudar, creio que melhor.

Dois ou três temas rápidos, um que tem a ver com a questão do Terminal que continua sem iluminação, não sei resultante das obras da mega rotunda, ali na entrada para o Terminal para tudo, mas o que é facto, é que não tem luz. Não sei se é só a determinadas horas, mas à noite aquilo está completamente às escuras, eu não sei se depois, abre mais tarde, se é um problema das obras mas aquilo assim é perigosíssimo, portanto, queria perceber o que é que está a passar e perguntar o que é que está a ser feito para que rapidamente se ultrapasse, se for um problema qualquer que foi gerado pelas obras, portanto, aquela questão tinha que estar acautelada, isto se foi as obras, o que pode não ser. Questão de Alburrica, dizer que a intervenção começou, registar como positivo pois se registei como negativo, o atraso em relação ao início da intervenção e àquilo que considero uma passividade da Câmara durante meses e meses junto das entidades competentes para que se fizesse alguma coisa acontecer, agora registar, naturalmente, como positivo que embora, finalmente, acrescentando esta palavra, mas que esteja a ser feito, espero que a intervenção seja bem feita e que dure alguns anos, duvido que seja definitiva, nem sei se haverá uma solução definitiva, muitas vezes a questão da Orla Costeira, com questões de remoção de areia, estamos a falar de coisas que tem muitos anos e às vezes com reposição de areias, não sei, mas espero que pelo menos esta intervenção seja eficaz e possa durar algum tempo para proteger aquilo que o nosso património, mas apelava mais uma vez a que o Sr. Presidente da Câmara e os responsáveis da Câmara nestas áreas possam agir em relação ao que está a acontecer ali e há ali casas e algumas outras barracas que estão a renascer e que não têm de estar ali.

Eu posso reconhecer que há pessoas que têm ali alguma atividade e que é importante é encontrar uma solução para que mantenham a atividade, há pelo menos uma pessoa, que eu saiba, e só uma pessoa que ali nasceu e ali vive, mas não dá direito aos outros de irem para lá e de ocupar o espaço público e na mais fazerem daquilo uma lógica quase de atividade económica ilegal o que leva a que seja o lixo no meio dos Moinhos, a nossa zona nobre da cidade não é assim que se torna atrativa garantidamente, e para isso é preciso ação, e outra coisa disciplinar o acesso, uma coisa é os escuteiros e o remo do Fabril terem acesso aos Moinhos, à parte dos Moinhos, outra coisa é outras pessoas continuarem a ter acesso, é aquilo que eu digo aqui, que é uma cidade que parece não haver regras, nós pomos lá um sinal, pomos lá até umas baias, mas depois alguém chega, tira as pedras e as baias, tem acesso a tudo e o que é que acontece a quem infringe aquilo que são as regras que a própria Câmara estipulou? Não acontece nada, continuam e depois toda a gente lá pode ir e se sente no direito de lá poder ir. Se o objetivo da Câmara é restringir o acesso, exceto aos moradores e as pessoas que têm ali a sua atividade desportiva, então que seja para levar a sério, senão tirem de lá a placa, abram aquilo, não finjam. Senão tem que ser para cumprir e tem que haver uma articulação entre a fiscalização da Câmara Municipal e naquele caso a PSP, e ou acesso rodoviário, também PSP, e a própria Polícia Marítima para que as regras sejam cumpridas. Agora, dizer que é impedido e depois não cumprir, ser tudo a brincar, é que isto é péssimo sinal que dão, péssimo, porque a dizer assim que há um conjunto de regras, depois ninguém leva a sério para outras coisas e outras até mais graves do que aquela, aquela que para mim é grave porque dá entender que são regras

mas que não é para cumprir, que não vale a pena cumprir. que aqui não há não é para cumprir até um sinal, ninguém cumpre. Põe-se lá umas pedras para evitar mas tiram as pedras e não acontece nada a ninguém e toda a gente sabe quem tirou as pedras e está tudo bem na mesma, é um nacional-porreirismo, como se a liberdade de uns não colidisse com a liberdade e direitos dos outros. Por isso é que tem de haver regras se queremos viver sociedade, equilibrar de forma equilibrada com liberdade, claro, mas a liberdade de uns termina quando começa a liberdade dos outros anos, parece uma coisa óbvia para continuarmos a viver em harmonia e em sociedade.

Por último, a questão dos Fidalguinhos, da dita ciclovia, o Sr. Vereador Rui Braga tinha dito que ia fazer e fez, e deu borrada. Deu na forma, mas, acima de tudo em relação à questão do conteúdo, já nem vou falar da forma como aquilo foi pintado, eu gostava de saber por que é que aquilo aconteceu. Gostava de saber porque é que nós temos de pagar duas vezes a mesma obra, porque também sou contribuinte aqui, também pago IMI, pago água, pago impostos, pago IRS que também tem a ver com o município, porque não devolvemos a participação variável, portanto, eu também pago IRS também contribuo de, pelo menos, através já aqui, de 3 formas diretas, portanto, como muitos outros, porque é que a gente a pagar, 3 obras ainda por cima, uma obra completamente desnecessária, na minha opinião, é uma aberração aquilo é perigoso, aquela ciclovia de meio metro só numa das vias que encurta ainda por cima o espaço público que vai obrigar miúdos e graúdos a utilizar uma ciclovia que na sua extensão, 90% da sua extensão é com saída do estacionamento, onde não há visibilidade nenhuma para os automobilistas saírem do estacionamento, se houver ali uma criança ali no meio vai dar uma falsa sensação de segurança, porque vai ser uma ciclovia, uma rede ciclável, chamemos-lhe o que quiser, aquilo é um absurdo igual a outros erros que já tinham sido cometidos em mandatos anteriores por outra força política e que na altura, tanto foi criticado também por mim, mas também por quem agora os se repete. Isto é brincar com o dinheiro das pessoas sem necessidade nenhuma, porque aquilo custa dinheiro, custa dinheiro as tintas, custa dinheiro o pessoal que ali está, não sei se foi empresa exterior, se foi pessoal da Câmara Municipal, não faço a mínima ideia e em relação ao que estou a dizer isso é completamente irrelevante. Mas custa dinheiro, custa dinheiro dos contribuintes e com tantos problemas que nós temos no Barreiro custa-me, de facto, ver o dinheiro gasto esta forma.

Não percebo a utilidade daquilo, é perigosa, não faz sentido. Eu tenho visto ciclovias por todo o lado e as ciclovias que vejo são vias dedicadas que tem duas faixas, uma para cada lado, que cumprem as regras de trânsito, que têm a dimensão suficiente para conseguirmos ter efetivamente a proteção do ponto de vista da segurança rodoviária para todos, que as utilizam e para os automobilistas. Aquilo não é nada só, é só para fazer uns bonecos, umas coisas bonitas e para meter lá uns likes. É mais uma daquelas coisas da propaganda e marketing, mas aquilo é um absurdo completo. Sr. Vereador, eu pedi-lhe na altura que pensasse no que está a fazer, que veja outra situação, vão à internet e vejam as fotografias de ciclovia e vão ver o que é. Ciclovias que nós temos em municípios vizinhos, noutros mais afastados, que têm quilómetros e que são paralelos às faixa de rodagem afastados para ter segurança onde há condições para ter, outros em meio urbano, mas que com faixas de proteção, com pilaretes, com o que for para separar, agora, não é daquelas coisas que nós, portanto, vou lhe dar uma ideia, Sr. vereador explora as ideias que aqui lhe são apresentadas, nós temos ali tanta faixa entre a via rápida e os prédios dos

Fidalguinhos, temos ali um terreno enorme, parte público e outra grande parte privado, entre em entendimento com o privado e façam ali e ponham aquele espaço ao serviço da população. Entendam-se com o privado para fazer não construção, pois é zona da ponte e aí não há construção possível, mas aquela zona é que devia ser aproveitada para fazer zonas de excelência para a população, parques infantis, hortas urbanas organizadas e disciplinadas com a ciclovia, com um parque canino, por exemplo, porque não, outras zonas para as pessoas poderem em termos pedonais ou prática desportiva, essa zona é que devia ser aproveitada porque é uma zona que vai estar ali durante muitos anos sem poder ter outro uso, uma vez que está numa faixa de proteção da dita terceira travessia, obra que nunca virá, mas pronto, mas está lá, está previsto e, portanto, não era muito melhor gastar o dinheiro nestas coisas, chegarem a entendimento e tentar fazer uma coisa num sítio que fizesse sentido sem qualquer tipo de problema a nível de segurança rodovia, acho que faria muito mais sentido, não era o dinheiro dos contribuintes muito mais bem gasto? Mas, mas pronto, são opções.

O vereador Rui Braga, no uso da sua palavra, cumprimenta todos os presentes e os que assistem e começa por responder à pergunta do vereador Bruno Vitorino, sobre os Fidalguinhos e sobre o dinheiro não ser bem gasto, se não era melhor gastar noutra coisa, pois certamente, nós temos sempre ideias onde se possa gastar dinheiro noutros lados, nós estamos a cumprir o nosso programa e nos arrependemos de euro nenhum que tenha sido gasto, nos Fidalguinhos, quer na repavimentação, quer nas pinturas, quer no novo parque de Street workout que está a ser construído junto à escola, quer da refuncionalização de um logradouro que estava ao abandono há anos para que seja aproveitado também para estacionamento, portanto, não nos arrependemos de dinheiro nenhum que tenhamos investido nos Fidalguinhos e iremos continuar a investir. Em relação às pinturas, ainda bem que falou porque dá-me aqui a oportunidade de explicar o que é que aconteceu, porque foi realizado por pessoas que são os nossos colaboradores, uma equipa com que tenho tido o privilégio de trabalhar de muito perto, a equipa do trânsito da Câmara Municipal do Barreiro, que tem feito um trabalho extraordinário, pelo menos desde que eu estou em funções, disponíveis para tudo. Foi uma execução com uma máquina nova, apesar da formação e do treino a coisa não correu muito bem, já foi retificado e Sr. Vereador, admito que não goste da ciclovia e que me mande á net ver e perceber o que é uma ciclovia. Já percebi que tem um mestrado em ciclovias, mas não posso admitir que coloque em causa o trabalho dos nossos funcionários, ou que belisque sequer a intenção. O trabalho foi mal executado, por isso é que foi corrigido e houve custos, e estes custos também não podem ser evitados, porque a tinta quando aplicada no pavimento tem uma secagem rápida e tem que ser raspada para ser corrigida e, portanto, se satisfaz a sua curiosidade, foi algo que foi identificado no dia em que foi pintado, logo pela manhã, e que foi sentido pela equipe e corrigido pela equipa, alguém que nos merece, pelo menos a mim, todo o respeito pelo bom trabalho que tem feito, mesmo neste caso porque disponibilizaram logo para o corrigir. Depois discorda da ciclovia, e que por si fazia noutra coisa, é um ponto de vista que eu respeito, mas acreditamos que o encurtar das faixas nos Fidalguinhos vai obrigar a um aumento de segurança, porque vai obrigar à redução de velocidade dos automóveis e vamos criar uma pista ciclável para que se possa circular à volta dos Fidalguinhos com todas as razões de segurança a baixa velocidade, aliás, se quer que lhe diga não

estamos a inventar nada, se o senhor for a net também encontrará vários sítios, várias cidades europeias que têm ciclovias nas mesmas circunstâncias que os Fidalguinhos. Está aqui o Sr. Presidente a corrigir-me que é uma faixa ciclável, porque há uma diferença entre ciclovia e uma faixa ciclável, em bom abono da verdade, aquilo que estamos a pintar, não é uma ciclovia, é uma faixa ciclável que tem também o enquadramento diferente, mas para o caso é a interpretação daquilo que está a ser feito, pelo menos, fico contente com uma coisa que disse que é só para ficar bonito na fotografia, mas, pelo menos bonito vai ficar. Nisso estamos de acordo consigo útil também vai ficar, porque vamos criar esta zona de lazer que culmina com o Street workout que está a ser construir agora junto à escola primária e o objetivo da medida é criar condições para que as pessoas possam dentro do bairro andar de bicicleta, andar a pé, andar de skate, com todas as condições de segurança e esse é o objetivo não só político, porque concordei com ele, mas também que todos os técnicos que as desenharam e todos os técnicos que enquadraram aquilo com as normas vigentes para construir estas coisas das faixas cicláveis, certamente o Sr. vereador compreenderá que não fui eu que a desenhei, não foi o executivo que a desenhou, mas que concordamos inteiramente com a medida. Agora, lançar aqui a dúvida de que aquilo tem 50 cm e que não tem condições de segurança com algo que é pensado por engenheiros e arquitetos, que enquadram isto com aquilo que é a legislação, esses sim, percebem um bocadinho pelo menos mais do que eu deste tipo de colocação deste tipo de soluções no pavimento. Eu não tenho dúvidas que está enquadrado e que respeitará todas as condições e que poderá vir a ser útil às pessoas que dela utilizarem. Falou da Alburrica e eu concordo com aquilo que disse, é um território que tem ali uma responsabilidade muito direta da APL mesmo quando tem a ver com ocupações ilegais e com o nascimento de certas coisas, da mesma dificuldade que nós sentimos de acudir ao desabamento da estrada, porque era responsabilidade da APL que a está a assumir agora, e bem, para resolver essas coisas que que concordei consigo, o problema mantém-se e uma área de jurisdição da APL e todos nós, temos que fazer pressão para que esta e outras situações sejam resolvidas, porque ninguém quer que essa zona nobre fique devassada. Não lhe posso admitir, são coisas como a passividade da Câmara e a passividade do executivo sobre este ou outro assunto, porque o se há coisa que nós não fomos junto da APL foi passivos, aliás, temos sido extremamente reivindicativos não só no tema da estrada que apressou, acima de tudo também com o outro problema que não está resolvido e que tem que ser resolvido pela APL que é o recarregar do areal em frente aos Moinhos, algo que é da responsabilidade da APL e que nós temos feito essa pressão, e quero-lhe dizer vereador, não é mandar um email de mês a mês, mas temos tido conversas quer com técnicos quer com a administração de forma regular para que o mais depressa possível esta situação seja resolvida, daí não aceitar Sr. Vereador a passividade, quer do Sr. Presidente da Câmara, quer do executivo perante este facto. Espero que a obra corra bem e que se resolva o problema, mantenho a mesma dúvida que o vereador tinha, não sei se há ali uma solução definitiva junto à costa, mas, para já, que seja repostos aquilo que desabou da estrada e que se reponham as condições de segurança. Para finalizar, falou também da recolha do lixo, quero dizer que é mais do que um projeto piloto, é o reforço efetivo de meios no agora. Não é uma experiência piloto para nós fazermos um estudo interpretativo sobre aquilo que é a recolha na cidade do Barreiro que passou por uma evolução ao longo destes 4 anos com as dificuldades que temos e que são reconhecidas quer a nível de veículos quer de recursos humanos, e aproveito para lhe dizer que hoje abrimos um concurso de

para a contratação de mais efetivos para área da recolha e isso é importante, mas reconhecemos que mesmo tendo em conta a pandemia que nós atravessamos, que a produção de lixo com as pessoas em casa resultou num aumento e nós tivemos que nos ajustar e tentámos fazer a melhor escolha para o Barreiro. Na segunda-feira começou o reforço na freguesia do Alto Seixalinho que é a maior, e iremos efetivamente iniciar um projeto-piloto daqui a 2 meses da alteração de dos contentores dos resíduos indiferenciados, passa também por uma ideia que ventilou quando estávamos no pico da pandemia, são contentores que têm para lá da aparência estética um enquadramento urbano melhor que os contentores tradicionais verdes, mas vem que munidos de um pedal para que as pessoas não toquem no contentor e que seja mais prático e higiénico despejar do lixo. Vamos substituir os 380 contentores que a freguesia do Alto Seixalinho tem, isto sim uma experiência piloto com o objetivo de depois de ponderada os seus efeitos, porque vamos aumentar a capacidade de recolha face ao contentor tradicional à razão do dobro. Portanto, há várias tipologias que estão a ser estudados pelos serviços para perceber qual o dimensionamento do contentor, mas para termos uma ideia, o contentor mais pequeno destes novos que estou a falar, representa uma capacidade de recolha duas vezes o tradicional verde que estamos habituados a ver na cidade. Isto quer dizer que vamos ter melhores condições de depositar os resíduos sólidos, vamos ter menos rotas, como a capacidade aumenta, aumentamos também a nossa eficiência e esperamos combater aquilo que, infelizmente, há espaços como vimos no Barreiro, que temos que combater. Outra coisa que com este e com esta medida, me apraz dizer é que vamos passar a fazer recolhas também ao domingo, coisa que já há algum tempo não estava a ser executado porque a AMARSUL tinha o aterro a ter fechado, negociamos com a AMARSUL e vamos também passar a ter esta recolha ou domingo, portanto, a expectativa desta experiência piloto é de imediato resolver o problema, ser mais higiénico também no combate à covid, sendo o depósito do lixo nos contentores sem o contacto e sem a abertura a abertura da porta. Os veículos que vão fazer a recolha destes novos contentores são veículos a gás, portanto, ambientalmente em linha com aquilo que são as práticas que o executivo tem vindo a colocar no que diz respeito ao ambiente em vários setores da nossa atividade, veículos que também só precisam de um condutor, o que otimiza muitos dos nossos recursos e aumenta a capacidade de resposta da cidade à recolha que precisa, que os munícipes desejam, e que nós queremos que não sejam um problema na cidade, nem a espaços, nem nunca, tem que ser uma operação regular, e com esta medida achamos que estamos a dar uma resposta de imediato, aquilo que tem que ser feito.

O Sr. Presidente no uso da sua palavra, intervém para dar duas notas, estava a dizer ao vereador Rui Braga que realmente era uma faixa ciclável e que não era uma ciclovia, porque há essas diferenciações que, às vezes nós, no nosso léxico dizemos que é uma ciclovia e não é, há aquilo que é a via banalizada, aquilo que temos como uma estada normal que conjuga carros e outro tipo de veículos, seja bicicletas ou outros, a faixa ciclável que tem uma separação visual e aqui o vereador Bruno Vitorino tem razão numa coisa que disse sobre este aspeto, numa faixa deste género, não pode ser como já houve uma faixa que está identificada, mas o estar identificar faz com que o local não possa passar por quase que se sobrepõe à faixa de rodagem. Nos Fidalguinhos, felizmente, não é isso, não é isso que acontece porque pode-se ter uma faixa com separação visual e ter a faixa a na mesma dos carros, mas mais importante, aliás o IMT

define isso também na documentação técnica que tem, tem um efetivo reforço para a segurança por diminuição de velocidade, o que é que eu quero dizer com isso, não é por haver a faixa dedicada que quem andaria de bicicleta no que seria uma faixa com insistência que deixaria de passar ali por trás do estacionamento, mas a ideia não é essa, é a nível de bairro poder ali também acrescentar um elemento, um elemento de segurança de resto como também emana de regras técnicas. Depois, eu queria uma coisa, eu acho que vou dizer isto porque acho que percebi o espírito com que o vereador Bruno Vitorino falou, percebi a explicação do vereador Rui Braga e acho que todos me acompanham nisso, eu estive presente quando os trabalhadores fizeram com uma máquina nova o risco e posso dizer que foi uma incorreção mecânica, porque o volante não travou, os volantes travam para seguir e o computador é que faz os riscos, define-se o tipo de risco e o computador faz e o volante que tem ali uma componente hidráulica não ficou travado, quem é engenheiro, e temos aqui pelo menos um na sala, sabe como é que a coisa se processa e não foi mas também não queria novo, mas também não queria deixar de dar a nota que depois é muito fácil apontar o dedo e é muito fácil, às vezes quase ridicularizar a questão, mas não queria deixar de a nota que os próprios trabalhadores reuniram-se e informaram-me que no domingo, muitos deles estavam de folga e que no domingo às 6 da manhã faziam questão, isto foi feito na sexta, no sábado foi o apogeu da coisa e no domingo às 6 da manhã, tinham combinado todos entre eles para ir lá corrigir, porque sendo uma falhas pessoas e depois ninguém quer saber de percurso, olha é para as questões e não queria deixar de dar esta nota, porque acho que é merecido também, porque foi uma coisa que nem é a culpa deles e eu estive presente porque queria ver a máquina nova em ação e tive presente e percebi o que é que tinha conhecido porque vi, mas e depois, a gente sabe como é que acontece e não queria deixar de dar esta nota, porque me parece também que é justo para eles e tenho a certeza que também me acompanham nesta palavra.

A vereadora Sara Ferreira, no uso da sua palavra cumprimenta todos, e agora novamente e de forma pública para responder às questões que foram colocadas pelo vereador Bruno Vitorino relativamente à Rua de Dili, essa situação é por nós e pelos serviços acompanhada há vários anos. Já houve uma intervenção, há coisa se calhar de um ano e meio atrás em que foi feita uma limpeza geral à casa e à zona envolvente. Aqui o senhor foi hospitalizado, foi conduzido ao hospital para ficar lá em avaliação, mas, neste momento e também em virtude da sobrecarga de trabalho que a delegação de saúde está a ter em face à pandemia não temos conseguido ainda a colaboração efetiva para esse processo, porque nós não temos competência para chegar lá e pôr o senhor fora de casa ou para entrar dentro da casa do Senhor e fazer a limpeza, temos que esperar que seja a entidade competente a assim o permitir, mas nós estamos a acompanhar a situação e temos tudo preparado para que quando isso aconteça nós poderemos fazer uma limpeza efetiva á casa. Relativamente aos projetos CED, captura esterilização e devolução aquando das colónias dos animais que o vereador falou, realmente foi uma falha minha não ter feito nenhum vídeo, porque efetivamente nós temos já 10 colónias com cuidadores identificados no concelho, dizer que em 4 anos não foi feito nada, não é verdade, e são essas colónias na Bonfim, no Leças, na Rua de Cabo Verde nas traseiras do hospital, uma pequena em Coina, na doca seca, isto já totaliza mais de 50 animais esterilizados, o que ainda não aconteceu foi a colocação dos abrigos para os referidos animais, muito

frequentemente o que acontece é que as colónias são identificadas, mas depois não é muito fácil identificar um cuidador que consiga ser responsável pela colónia. Este processo está a ser feito, foi falha minha, podia ter feito efetivamente ter feito um vídeo, ter divulgado e aí já não pensavam que não tínhamos feito nada em 4 anos. Estas foram as questões que eu apontei das minhas áreas que me questionou.

O vereador Bruno Vitorino, no uso da sua palavra indica que a Sra. vereadora Sara Ferreira podia ter feito um vídeo, seria menos um do vereador Rui Braga e mais um seu, ou então podia ter trazido a informação aqui, em todo o caso 50 animais esterilizados é muito pouco face àquilo que é a dimensão do problema, como sabe em relação à questão da do descontrolo completo que existe em relação a colónias de gatos e em relação ao bem-estar animal como falei, falar só desta área também é muito pouco em relação àquilo que podia e devia ser a atuação da Câmara Municipal, mas fica o registo que não é não fez nada, alguma coisa foi feita, mas na minha opinião, muito mas muito pouco em relação àquilo que devia e podia ter sido feito nesta área.

Em relação à experiência piloto no Alto Seixalinho, não é nenhuma experiência piloto, então, os pedais foi aquilo que eu trouxe aqui com proposta na altura da pandemia, porque vi as pessoas com problemas em abrir os contentores e a por o lixo no chão, que depois era espalhado até por mim animais errantes e propus em câmara, essa foi uma das propostas que aqui fiz e que, na altura não foi atendida. Disse na altura, não é possível fazer tudo de uma vez, mas que se faça gradualmente, essa mesma situação porque tem uma diferença em relação à utilização. O que eu proponho em relação à questão da recolha do lixo é uma revolução completa do sistema, já percebi que a sua experiência piloto não vai ser, é utilizar a tecnologia de ponta, é copiar os melhores, as melhores práticas e os melhores modelos que existem em termos nacionais de muitas autarquias que utilizam a tecnologia para melhorar os serviços, não só aumentando, porque é que vamos aumentar a capacidade nalguns sítios onde não precisamos de aumentar a capacidade, se calhar o que precisamos é de ter, por exemplo, sensores de enchimento e coisas do género, utilizando a tecnologia para ver se a recolha não é muitas vezes feita em sítios onde os contentores estão vazios, aumentamos a capacidade e os contentores estão vazios, aumentamos a capacidade e noutras zonas pode não ser suficiente, o que se recorre e que as rotas em vez de estarem sempre iguais quase de dia para dia, muitas vezes é feita no próprio dia com recurso à tecnologia e com recurso aos sensores que estão dentro de contentores e nos permitem, digamos assim, utilizar essa mesma tecnologia que envia a informação para o operador que no dia sabe qual é o circuito vai fazer, porque é feita utilizando recursos tecnológicos para tentar ser rápido, uma coisa que é muito mais complexa do que isso, para lhe dar uma outra metodologia, outro método utilizado e que garantidamente seria bem mais eficaz do que esse que aqui falou.

O que eu queria contudo dizer era duas expressões, a primeira não lhe possa admitir, o Sr. vereador utilizar, e utiliza muito esta expressão " não lhe posso admitir", mas pode, pode admitir todas as críticas, porque é da democracia, o que é que agente há-de fazer, o senhor não gosta, tem de encaixar, umas serão mais justas do que outras, estas que eu fiz são mais do que justas e, portanto, eu sei que o espírito socialista que está dentro de si às vezes tem esta coisa, agente não pode criticar os socialistas, mas pode porque os socialistas quando tem de ser criticados, tem de ser criticados, é assim, é a vida da democracia, é das

suas funções e que nunca não percebe isto tá mal nas funções, portanto, não pode utilizar expressões, quando eu não lhe faltei ao respeito, quando eu não faltei ao respeito a ninguém, quando eu não menti em relação a nada, não pode pois utilizar por uma crítica que não gostou o “não lhe posso admitir”, pode, tem de admitir e habitue-se porque vai ser pior porque tudo o que eu tiver a dizer digo, digo-lhe a si pessoalmente e digo-o aqui, é no âmbito das minhas funções de vereador e espero estar cá durante muito tempo, portanto, em relação a esta expressão só para deixar esta nota, portanto, que eu não gosto dessa expressão e a forma como a utilizou. No entanto, o mais importante não é isto, mais importante do que eu aqui queria trazer é: eu critico estar uma rotura num determinado sítio e estar-se a desperdiçar um recurso que é a água e estar a dar aquela péssima imagem da cidade e estarem de facto de os contribuintes a pagar aquilo que é resultado de uma rotura de água, porque às vezes fica ali dias, semanas, meses a correr e então, qual é a narrativa socialista? É esta, se eu estou a criticar o não haver capacidade de resolver que é porque estou a dizer mal dos funcionários. É a narrativa que nós agora temos nas redes sociais, que vem de dirigentes socialistas.

A crítica que um vereador ou um alerta que um vereador, no exercício das suas funções, faz em relação a um problema claro, objetivo e identificado está a pôr em causa os funcionários, quando eu aqui vim criticar determinadas coisas, eu não faço o planeamento nem a gestão dos recursos humanos na área das águas, não sei se temos o número suficiente funcionários, se devíamos ter mais, se temos carros avariados ou se não temos, se devíamos ter o dobro, não faço ideia em relação a isso, eu não faço a sua gestão, agora garantidamente quando faz planeamento de uma obra e pomos o nosso pessoal e se é insuficiente para aquilo que é o dia a dia da cidade e o vamos para fazer a fazer 2, 3, 4, 5 obras ao mesmo tempo, se calhar, as coisas vão correr mal, isso não quer dizer que eu ponha a culpa nos funcionários. Deixem-se lá dessa narrativa, deixem-se lá disso, isso sim é ofensivo! Haverá funcionários diligentes e que fazem bem o seu trabalho, outros não fazem, como em tudo na vida. Eu defendo muitos os funcionários públicos porque sei que há muitos que trabalham, mas também sei que há muitos que se encostam nas áreas todas, nas minhas, nas vossas, é assim nesta câmara, noutras câmaras, na administração central, é assim em todo o lado, não são todos bons nem todos maus, isto a propósito da sua narrativa agora igual às outras que andam a aplicar noutros setores que é eu faço aquilo e já estão a atacar os funcionários. É a mesma lógica, para algumas ações, tudo o que está mal, está mal dimensional, está mal organizado o serviço recolha de monos, às vezes falha, porque há muitas vezes não funciona, não são feitas as campanhas de informação e de sensibilização que deviam ser. De quem é a culpa? Antes era de quem geria a câmara, agora é de quem? É da população que não cumpre, que são malandros, que não há civis, isto é um jogo político, agora porem para o vereador Bruno Vitorino, a dizer que uma crítica que é feita em relação a esta história da ciclovia que eu vim aqui pedir explicações. Sabe porque é que eu vim pedir explicações? Porque não as deu, portanto, se alguém tinha, digamos assim, não pode vir aqui dizer que estou a por em causa o trabalho dos nossos funcionários estou a pôr em causa, não, estou. Como eu acabei de lhe dizer, eu nem sei se aquele era uma empresa exterior, se eram os funcionários da Câmara, não faço a mínima ideia. O que estou disse redes sociais, não disse nada em relação aos funcionários da Câmara, porque eu nem sequer sei se foi feito por funcionários da câmara ou se por uma empresa externa, não faço a mínima ideia.

Disse foi que tudo o que aconteceu ali e que era completamente escusado de acontecer e que deu barraca, como viu, era escusado, porque era uma obra que não fazia sentido. Nós para irmos ao encontro da argumentação de que para termos vias com redução de velocidade, temos de reduzir as faixas de rodagem, então, na altura de planeamento das estradas façam-nas logo mais curtas. Uma coisa é na aproximação de algumas vias, outra coisa é a aproximação das rotundas, nós isso compreendemos a lógica, então façam-nas logo mais curtas, não façam maiores para depois a encurtar e dizer que é para ter mais segurança quando se encurta. Isso para mim não são argumentos, não tem o mínimo de racionalidade.

Agora, eu não pus em causa funcionários nenhuns, se alguém pôs em causa os funcionários, depois de já estarem a ser trucidados nas redes sociais foi o Sr. vereador que gere pelos vistos essa área e que não foi capaz de esclarecer imediatamente e de por termo, digamos assim, quando estavam a ser linchados na praça pública e dizer: isto teve a ver com um erro que foi imediatamente assumido e vai ser corrigido. Foi o Sr. Vereador, não fui eu, eu o que digo é que aquela obra não faz sentido, é que aquela obra não faz falta, e que de facto não correu bem. Era o que mais faltava eu admitir que uma crítica que é feita a uma opção política tomada de forma completamente errada por parte do executivo tenha a ver com o pôr em prática os funcionários e que isso passe a ser a narrativa de todas as críticas, eu ou outras forças políticas, ou outros vereadores quando aqui apresentamos. Sim, há muita coisa que tem a ver com a responsabilidade do poder político, das chefias, da planificação e do planeamento do acompanhamento, dos encarregados, sim a câmara é este todo e temos naturalmente que falar dos assuntos e temos que continuar a falar dos assuntos, porque somos uma democracia. Agora, quando começamos a ver o aproximar de eleições e haver aqui uma quase já arrogância, a arrogância da sua sobrançeria de quem acha que vai ter uma maioria absoluta e, portanto, já pode tudo e já não tem que dar explicações a ninguém, agente arranja já aqui uma narrativa que estão a criticar, para quê, para tentar condicionar? A mim não vão condicionar que eu vou continuar a dizer o que tenho a dizer. Muito obrigado.

O vereador Paulo André no uso da sua palavra indica que se atrasou um pouco a pedir a palavra e queria dar aqui uma ou duas pequenas notas, se me permitem, relativamente ao problema da covid, mas antes disso, gostava de saudar aquilo que esta reunião marca que é o regresso do público às sessões de câmara e espero que seja para continuar, isso seria bom sinal por todos os motivos. Independentemente de haver ou não haver, mas de facto, formalmente existe e o editar o mencionou, de acordo com a nossa decisão da última reunião e que esta forma de reunião como dizia eu, se continuasse por algum tempo era bom sinal por todos os motivos, porque as pessoas podem voltar a participar e porque isso significaria que não teríamos voltado atrás em termos de números. Isso eu queria só dizer que isso não é uma certeza, neste momento, tal como já foi dito nesta reunião, e eu queria só dar uma nota, se me permitirem, uma nota um pouco até pessoal. A semana passada, para mim pessoalmente, foi marcada pelo desaparecimento de três pessoas, umas mais próximas, umas posso considerar amigos, outros conhecidos, mas que por quem tinha bastante consideração, todas por causa da covid, portanto, isto significa que o problema não acabou. Temos de continuar a ter muito rigor nas nossas atitudes, nos nossos comportamentos, e só assim é que vamos poder salvar o nosso verão, só ser podemos retomar de alguma forma a nossa vida gradualmente

e esperar que realmente a imunidade de grupo mercê da vacinação possa de alguma forma vir a tempo de nós não temos que voltar tudo para trás e reparem que depois dos depois de umas semanas de descida dos números, na semana passada, o nosso concelho voltou a subir um bocadinho, nada de especial, mas um bocadinho e hoje temos novamente a nível nacional, não só a nível nacional mais de 500 casos novamente, como mais de metade dos casos são da região da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, portanto, por favor, isto não acabou, eu ao contrário da experiência, cada um tem a sua experiência, ao mercê da sua vivência, naturalmente, ao contrário da experiência que já relatado anteriormente a minha experiência pessoal é que, principalmente as pessoas mais novas não estão a ter o mesmo respeito que tinham por estes problemas e que deviam ter, portanto, o tempo está melhor, está sol, mais calor, e as pessoas têm tendência a esquecer de algumas coisas, por favor, não se esqueçam completamente, mantenham algum rigor que é isso que nos vai permitir repor de uma série de características da nossa vida que nós muito prezamos. Tendo um pouco a ver com isto, queria deixar um apelo relativamente aos postos de vacinação, ou melhor, o posto de vacinação do nosso concelho. Havia uma atividade, penso que por parte da Câmara de distribuição de água a profissionais e utentes, que cumpriu, por vezes, não sei se é verdade, ouvi dizer, que a água era patrocinada. Houve uma falha. Não sei se a falha é para manter ou se é uma coisa temporária. Queria só apelar para que se retomasse porque dá jeito esse tipo de apoio para as pessoas que estão a fazer a vacinação e para alguns utentes que precisam e, portanto, é apoio que estava a ser prestado e que era importante que continuasse a ser prestado e eu apelo a que não seja que não seja interrompido. Só uma pergunta num tema que não tem nada a ver, portanto, mudando de tema, queria só fazer uma pergunta, se me podem esclarecer se relativamente ao processo de Braamcamp, se há conhecimento parte da Câmara da existência de algum parecer ou algum projeto da parte da APA relativamente ao projeto de Braamcamp, se não há se pensam que irá haver ou se isso não está sequer ponderado ou previsto e se não sabem de nada ou se não sabem e ainda estão à espera, porque irá haver, porque gostava de ter alguma informação sobre isso.

O vereador Rui Braga no uso da sua palavra diz que certamente o vereador Bruno Vitorino não aceita lições de democracia da sua parte, nem de ninguém pois reconhece-o como democrata mas também não aceito suas, pois sou democrata, aberto a críticas, todas elas, redes sociais ou não, políticas são as que mais gosto pois quando se debate ideias sai alguma solução e é aqui neste campo que a gente se deve colocar, só lhe disse que utilizei a expressão “não admito” quando utilizou a “perante a passividade do executivo”, posso reformular, eu sei que disse que não gosta desta expressão, porque de tudo aquilo que nos pode acusar enquanto crítica face a Alburrica a passividade não é uma delas e, por isso, não admiti, mas reitero ou não aceito a sua crítica, ou não acompanho a sua crítica, como entender, mas pode sempre fazer-me as críticas que entender sobre os projetos. Em relação aos Fidalguinhos, dizer-lhe vereador de que uma coisa é nós estarmos a trabalhar em opiniões que tem a ver com opção política fazer ou não fazer uma faixa ciclável naquele sítio de que cor, quando e a que horas, e aqui já percebi que a sua opinião é contrária àquela que o executivo está a fazer, mas depois utilizou aqui algumas expressões de que aquele trabalho foi mal feito, e eu sou contribuinte e também pago os meus impostos, quero saber o que é que o que é que se passou ali, mas eu não acredito, e foi isto que quis transmitir ao Sr. vereador, que

está tão atento às redes sociais, que só tinha visto metade das redes sociais e que não se tenha apercebido quando usou da palavra que foram funcionários da autarquia que o executara. Parti desse princípio, depois houve vários colegas que intervieram nas redes sociais, pessoas que tiveram com a máquina nas mãos, não sei se está, se não está, mas parti desse princípio, se cometi alguma injustiça, peço desculpa vereador, porque uma coisa foi a qualidade e o erro que aconteceu acima de tudo da máquina que resultou de um trabalho imperfeito que foi corrigido e foi feito pelos nossos funcionários, uma coisa é isto, outra coisa é a opção, outra coisa ainda é querer atacar o executivo pelas pinturas tortas que estavam nos Fidalguinhos, portanto foi só isto que eu que lhe transmiti até porque senti frustração dos colegas que executaram o trabalho e a manifesta vontade em corrigir no dia a seguir, só não foi no dia a seguir porque não estavam cá, foram no domingo às 6 da manhã como o Sr. Presidente aqui disse, portanto, só não erra quem não faz, a mim não me acontecia, porque eu não andei com a máquina, também lá estive a ver e só não acontece a quem não está, mas é nestes momentos também difíceis que se vê qualidade das pessoas. Era só isto que eu lhe queria dizer, abrindo sempre o debate a qualquer tipo de crítica e sempre que se discute sobre cidade e Barreiro e opções políticas, é aquilo que o que eu gosto de fazer. O parecer da APA existe, o parecer da APA sobre a temática da Braamcamp, a APA tem que se pronunciar sobre o processo da Braamcamp no que diz respeito à zona REN, a zona que está em REN como o projeto que foi submetida à apreciação da APA na zona da REN tem os passadiços desenhados, aquilo que a APA nos pediu foi que clarificássemos quais são o tipo de materiais que vão ser construídos e que tipo de soluções técnicas irão acontecer em cima de REN, como sabe tem restrições, não se pode edificar numa zona REN, há coisas que são admissíveis, passadiços são uma delas e o detalhe do projeto obrigou a um pedido de esclarecimento sobre que tipo de material existe sobre a zona da REN e isso irá ser sempre necessário seja neste processo ou noutro qualquer parecido porque a CCDR tem que se pronunciar, a APA tem que se pronunciar, a APL tem que se pronunciar sobre o projeto, aliás, regras conhecidas no concurso público que foi que foi levado a cabo, todas estas condições que não dependem da autarquia tem que ser cumpridas para que o sucesso da coisa possa ter lugar, portanto, imagine que a APA condiciona, portanto, quem quiser edificar, neste caso no processo da Braamcamp, processo que está ainda em tribunal, mas que resultou num concorrente que tem o projeto para ali e tem que cumprir estas capelinhas e tem que ter pareceres positivos de todas estas entidades que à priori já sabia que tinham que opinar sobre qualquer projeto que acontecesse na Braamcamp com este intuito. Nós temos um parecer, podemos partilhar, mas a questão é esta, como na altura de o projeto se projetou os passadiços, a torre de observação de pássaros que é uma estrutura em madeira, esta avaliação tem que ser com mais detalhe para se certificar de que não é, por exemplo, a torre de observação de pássaros não pode ser em alvenaria, nem esse tipo de coisas e foi isto, mas tenho todo o gosto em partilhar.

O Sr. Presidente no uso da sua palavra agradece aos senhores vereadores que pudessem ter conseguido condensar aqui o período antes da ordem do dia até às 19. Só queria dar três notas daquilo que foi dito e que também queria ou dar resposta ou juntar-me também em observação. O vereador Bruno Vitorino perguntou, e bem, sobre os nossos funcionários que estão presentes no centro de vacinação, aliás que estão à escala. Penso que a vereadora Sofia Martins também já tinha colocado a questão numa sessão

anterior. Eu disse na altura e digo-o agora, acho que toda a gente, seja de que entidade for, que esteja presente neste esforço logístico devia estar equiparado a um profissional de saúde. É melhor opinião, já o transmiti também. Infelizmente, com o vereador aqui também o disse que o critério de vacinação não depende nem da Câmara nem sequer das de agentes locais, é um critério nacional, mas eu já o disse e sei que vários colegas, os meus presidentes de câmara praticamente de todo o país também o tem referido porque acabam por estar toda a gente neste esforço logístico que é que é importante e essencial para se correr bem, e vários técnicos dos mais diversos serviços têm feito escala juntamente com a proteção civil e com os profissionais de saúde, sejam profissionais de saúde na vacinação seja um profissional administrativo, mas via ACES que está lá colocado, é um esforço grande deviam para mim ser equiparados a que toda aquela gente que profissionalmente teve acesso á vacina, porque o que é facto é que são determinantes para o sucesso dos centros de vacinação, não só no Barreiro, certamente em todo o país, por isso, vereador Bruno Vitorino, acompanho a preocupação, já o tinha dito aqui à CDU também. Sei que é uma que isto é uma opinião transversal a todo o país, mas as coisas estão concentradas, a gente sabe que muitas vezes não é fácil alterar critérios, porque é uma operação, a vacinação, e vou dizer isto, obviamente que os senhores vereadores sabem, mas a vacinação, nós dizemos muitas vezes e é verdade, tem corrido bem, mas a vacinação é em todo o país um processo logístico tremendo e eu acho que só daqui a uns anos é que vamos olhar para trás e perceber a complexidade de todo este processo logístico mas o que é facto é que está a correr bem. Sabemos que este processo está pendente das vacinas, das entregas, como é óbvio, processo logístico sem o material essencial não daria nada, isso está a chegar, mas o processo logístico está a correr manifestamente bem e há muita gente que contribui para este processo, nomeadamente os funcionários também da autarquia que vão fazendo escala, ali no Centro de do Centro de vacinação. Depois dizer também, o vereador Paulo André referiu aqui e eu acompanho também que é muito importante, nós todos temos dito isso, quase de 15 em 15 dias, pelo menos nesta sede reforçamos que é muito importante que não se baixar a guarda, muito importante, que é bom termos notícias positivas em comparação com há poucos meses em que as notícias eram muito mais agonizantes e com muito mais pressão sobre todos, é bom mas também é bom ter a consciência que não ultrapassámos e às vezes, pensamos que já está quase, mas falta o quase e ainda temos aqui, se calhar, um bom período para percorrer se toda a gente colaborar é mais fácil chegar ao fim e se baixarmos a guarda podemos ter aqui retrocesso e fazer aqui um reset nisto que temos estado a passar, por isso, associo-me aquilo que o vereador Paulo André aqui disse, que fez bem em dizê-lo, porque eu acho que enquanto não passarmos é muito importante. É muito importante que não se baixar a guarda e manter aquela etiqueta sanitária que já todos estamos habituados, e que temos que a cumprir no dia a dia e acho que enquanto não passarmos por isso, temos que o fazer.

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -

Nos termos do disposto no art.º 49º n.º 1 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, fixou o Sr. Presidente um período de intervenção aberto ao público, não se tendo verificado inscrições.

- ORDEM DO DIA -

1. RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A APA E O MUNICÍPIO DO BARREIRO – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE AÇÕES DE “REABILITAÇÃO DA REDE HIDROGRÁFICA”

No dia 30 do pretérito mês de abril, foi assinado o Protocolo entre a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e vários municípios do País, enquadrados pelo âmbito de intervenção do Protocolo celebrado, (*vide cláusula primeira do Protocolo*) abrangendo o Município do Barreiro e que tem por finalidade a Requalificação da Caldeira do Moinho Grande – Alburrica – Barreiro, conforme Doc. 1 que se anexa e se dá por reproduzido para os devidos efeitos legais.

A assinatura do Protocolo vai permitir uma intervenção de fundo na área abrangida pelo Protocolo permitindo a sua requalificação, com considerável benefício para o Município e para todos os Municípios.

Nos termos do previsto nas alíneas k), m) e p) do número 1 do artigo 23.º, do Anexo I à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do município, nos seguintes domínios – “*Ambiente e saneamento básico; Promoção do desenvolvimento e Cooperação externa*”.

Com vista ao desenvolvimento das atribuições supra, são da competência do órgão câmara “*Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal*”, conforme alínea t) do número 1 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual.

É da competência do Presidente da Câmara “*representar o município em juízo e fora dele*” bem como “*executar as deliberações da câmara municipal e coordenar a respetiva atividade*”, em conformidade com o disposto nas alíneas a) e b) do número 1 e alínea f) no número 2 do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Dispõe o número 3 do artigo 35.º do já citado Anexo que “*em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não sendo possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade*”.

Considerando a urgência na assinatura do Protocolo anexo, por motivos que se prendiam com a participação de todos os municípios intervenientes, foi pelo signatário assinado o aludido Protocolo.

Assim, e em face da prerrogativa legal acima citada,

Propõe-se que o Executivo Municipal delibere:

- Ratificar a assinatura do referido Protocolo, com efeitos à data da sua assinatura.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **MAIORIA**, com 4 votos a favor do PS, 1 voto contra do PSD e 4 abstenções da CDU que passou a integrar a **Deliberação nº 176/2021**

2. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE APASCENTAMENTO DE ANIMAIS E SUA PERMANÊNCIA E TRÂNSITO EM ESPAÇO PÚBLICO – INÍCIO DO PROCEDIMENTO – CONSTITUIÇÃO DE INTERESSADOS

Fazendo jus à nota explicativa citada no Projeto de Regulamento ora em apreço, torna-se imperativo a implementação de um quadro normativo que, para além de pretender disciplinar a circulação, permanência e abandono de animais nos espaços públicos, persegue igualmente objetivos relacionados com normas de saúde e bem-estar animal, assim como a salvaguarda da saúde pública, ao obrigar os detentores a adotar medidas de prevenção e controlo tendentes a reduzir ou eliminar os riscos suscetíveis de afetar animais, pessoas e meio ambiente.

Nesta conformidade, fazendo uso das competências consignadas no artigo 241º e nº 7 do artigo 112º, ambos da Constituição da República Portuguesa, na alínea k) do número 1, do artigo 33º do Anexo I, à Lei 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação nº 46-C/2013, de 1 de novembro, e nº 50 -A/2013, de 11 de novembro, conjugada com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à mesma Lei e nos artigos 98º a 101º do Código do Procedimento Administrativo.

Propõe-se que o Executivo Municipal delibere:

- a) Dar início ao procedimento de aprovação do Projeto Regulamento Municipal sobre Apascentamento de Animais e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público, tendo por base a minuta que se anexa como Doc. 1 e que se dá como reproduzida na íntegra;
- b) Que a constituição de interessados na participação procedimental e a própria participação procedimental, mediante a apresentação de contributos e sugestões, tenham lugar através do envio de sugestões e propostas para o Regulamento para o email DJAG@cm-barreiro.pt, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da publicação da presente Deliberação no sítio do Município do Barreiro, em conformidade com o previsto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pela Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (CPA);
- c) Que, nos termos do disposto no artigo 101º do CPA, não havendo constituição de interessados ou contributos e sugestões, se proceda no imediato à consulta pública do referido documento pelo prazo de 30 dias úteis, volvidos os quais o documento será submetido, com as sugestões incorporadas, a reunião de câmara para aprovação final, sendo logo após submetido à aprovação da Assembleia Municipal em conformidade com o previsto na alínea g) do nº 1 do artigo 25º e alínea ccc) do número 1, do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

- d) Que se publicite o início do procedimento nos termos do disposto no artigo 98º do CPA, na internet no sítio do Município do Barreiro e afixação de Edital nos locais de estilo, com vista à constituição e participação de interessados.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 177/2021**

3. RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 255/2021-EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DO MOINHO GRANDE - ALBURRICA - APROVAÇÃO DO PSS.

Através da informação nº 7358, de 11 de maio de 2021, da Divisão de Obras Municipais Estudos e Empreitadas, que faz parte integrante desta proposta, foi exarado o meu despacho nº 255/21 onde determinei:

- A aprovação do Plano de Segurança e Saúde, para a fase da obra à firma Cândido José Rodrigues, S.A. para a Empreitada de "Recuperação do Moinho Grande – Alburrica"
- Que fosse notificada a entidade adjudicatária e a Equipa de Fiscalização, e de Coordenação de Segurança e Saúde em obra, adjudicada à Empresa Hidroatlântica, Engenharia e Gestão, Lda.

Nesta conformidade, submeto o meu despacho ao mecanismo de ratificação na, presente Reunião do Órgão Executivo, em cumprimento do que se encontra disposto no nº 3, do artigo 35º do anexo I à Lei 75/13, de 12 de setembro, uma vez que se encontram preenchido todos os pressupostos de facto e de direito que se encontram previstos nesta disposição legal.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 179/2021**

4. RATIFICAÇÃO DESPACHO 257/2021 - DIREITO DE PREFERÊNCIA NA TRANSMISSÃO A TÍTULO ONEROSO DO IMÓVEL SITOS NA RUA JOSÉ RELVAS, Nº 62 - BARREIRO – UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARREIRO E LAVRADIO – PROCº PF/2021/5.

Face à informação da DGRRUL nº 8/2021, de 05 de maio, foi emitido o meu despacho nº 257/2021, que faz parte integrante da presente proposta.

O prédio acima identificado insere-se na Área de Reabilitação Urbana (ARU).

Após deslocação ao local observou-se que o imóvel está atualmente em obras de alterações exteriores e interiores, e alteração de uso de "oficina" para habitação unifamiliar (1 fogo), implantado num lote com frente para a rua José Relvas.

Do ponto de vista estritamente urbanístico e arquitetónico, o imóvel não possui características arquitetónicas excecionalmente relevantes que justifiquem por si só a sua aquisição pelo município.

O valor da transação proposto pelo proprietário é de: 8.590,00 € (87,43€/m² de área de construção do projeto).

Neste sentido, submeto o referido despacho a ratificação desta Câmara, nos termos do nº 3 do artigo 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, considerando que se encontram reunidos todos os pressupostos de facto e de direito previstos na mencionada disposição legal.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **MAIORIA**, com **4 votos a favor do PS e 5 abstenções do PSD e CDU** que passou a integrar a **Deliberação nº 179/2021**

5. DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO E ENTREGA DAS RESPETIVAS CONDECORAÇÕES

Há muito que o Município do Barreiro, designadamente no quadro do seu Regulamento Municipal de Atribuição de Condecorações, reconhece o valor do voluntariado exercido com empenho ao serviço da Comunidade pelas duas corporações de Bombeiros sedeadas no Concelho, contribuindo assim para a dignificação e elevação do Barreiro.

É nesse sentido que a Câmara Municipal do Barreiro atribui, anualmente, a Medalha de Bons Serviços e Dedicção aos Bombeiros do nosso concelho com 10, 20 e 30 anos de serviço.

No âmbito do Regulamento de Atribuição de Condecorações, foi acordado entre os vários intervenientes (Município e Corporações) que a celebração do Dia Municipal do Bombeiro, bem como a entrega das respetivas condecorações, passasse a realizar-se durante o mês de maio de cada ano, em momento concreto a acordar anualmente, tendo para o ano de 2021 ficado acordado o dia 30 de maio.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 180/2021**

6. APROVAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. E O MUNICÍPIO DO BARREIRO - ESTRATÉGIA NACIONAL DE TESTAGEM PARA SARS-COV-2 NO ÂMBITO DA PANDEMIA COVID-19, AOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DO BARREIRO

A deteção precoce dos casos de infeção por SARS-CoV-2 e dos seus contactos, através de uma estratégia de testagem massiva, efetiva e inclusiva apresenta-se como uma ferramenta nuclear para o controlo e limitação da atual pandemia.

A finalidade e os princípios da testagem para diagnóstico e rastreio, encontram-se definidos na Estratégia Nacional de Testagem para SARS-CoV-2, nos termos da referida Norma n.º 019/2020, DGS, atualizada a 11/02/2021. No entanto, torna-se necessário abordar de forma mais detalhada a operacionalização dos rastreios, através da realização de testagem generalizada.

Considerando que,

O Município dispõe de atribuições no domínio da Saúde, em conformidade com a alínea g) do número 2 do artigo 23º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Para execução das atribuições supra constituem-se como competências de o Município *“apojar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças”*, conforme alínea u) do número 1 do artigo 33º do acima citado anexo;

Mais, são competências do órgão câmara, *“colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal com entidades da administração central”* em conformidade com o constante na alínea r) do ante citado artigo.

Para efeitos de concretização das políticas atinentes à gestão dos Recursos Humanos são competências próprias do presidente *“decidir de todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais”* conforme alínea a) do número 2 do artigo 35º, com faculdade de delegação, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 36º do diploma a que nos reportamos.

Em face do antecedente,

Propõe-se que o Executivo Municipal delibere:

- Aprovar a minuta e a celebração de Protocolo de Cooperação a celebrar entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município do Barreiro - Estratégia Nacional de testagem para SARS-COV-2 no âmbito da pandemia COVID-19, aos trabalhadores do Município do Barreiro, nos termos aí exarados.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 181/2021**

7. ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE BONS SERVIÇOS E DEDICAÇÃO – MOVIMENTO ASSOCIATIVO | RETIFICAÇÃO

De acordo com a Deliberação nº 167/2021, aprovada por unanimidade, em Reunião de Câmara Pública no dia 5 de maio de 2021, propõe-se que seja acrescentada à lista anteriormente apresentada, a seguinte Associação:

Projéctor - Companhia de Teatro do Barreiro – 01 de outubro de 1996 (25 anos).

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 182/2021**

8. DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO ANTIGO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DO BARREIRO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA BÁSICA DA VILA CHÃ, AO CENTRO SOCIAL DE SANTO ANTÓNIO, AO CENTRO DE CONVÍVIO DE MORADORES DA QUINTA MARQUES DA COSTA E AO GRUPO RECREATIVO E DESPORTIVO DE PALHAIS.

A Biblioteca Municipal do Barreiro tem vindo a renovar todo o seu mobiliário dado as décadas de uso em muitos casos e a sua utilização intensiva. O mobiliário não possui valor comercial e deve ser abatido ao

património municipal. Face à percepção de que o referido mobiliário poderia estar ainda em condições de ser reutilizado pela comunidade o Município propõe realizar estas doações em espécie de modo a dar resposta a algumas necessidades elencadas pelo Movimento Associativo do Concelho. A Associação de Pais da Escola Básica da Vila Chã demonstrou interesse em ficar com quatro (4) mesas com tampo branco e estrutura em ferro de cor verde e dezoito (18) cadeiras almofadadas de cor amarela e estrutura em ferro de cor verde. O Centro Social de Santo António demonstrou interesse em ficar com uma (1) mesa redonda com tampo branco e estrutura em ferro de cor verde. O Centro de Convívio de Moradores da Quinta Marques da Costa demonstrou interesse em ficar com duas (2) mesas retangulares com tampo branco e estrutura em ferro de cor verde. O Grupo Recreativo e Desportivo de Palhais demonstrou interesse em ficar com quatro (4) mesas retangulares com tampo branco e estrutura em ferro de cor verde.

Face ao exposto parece-nos adequado que o mobiliário seja doado às várias instituições da comunidade enumeradas, uma vez já não tem utilidade para uma utilização intensiva na Biblioteca Municipal e na auscultação feita para outros serviços municipais também não existe essa necessidade.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 183/2021**

9. VALOR DE VENDA AO PÚBLICO DO JOGO PEDAGÓGICO “500 ANOS DO BARREIRO”

A 16 de janeiro de 2021 assinalaram-se 500 anos do Barreiro. Não obstante todos os condicionalismos dos tempos que vivemos é uma data com um forte valor simbólico que urge comemorar. No programa geral das comemorações inclui-se a edição de um jogo pedagógico especialmente vocacionado para o público infantil em que, de uma forma lúdica, se aprendem conteúdos ligados à História Local, com especial ênfase aos últimos 500 anos. Através de um conjunto de cartas com perguntas, desafios de mímica e desenho serão abordados temas como a pesca e construção naval, a moagem, o sal e a vinha, a ferrovia, a cortiça e a industrialização.

O jogo pedagógico será oferecido aos alunos das escolas do concelho e estará disponível para venda em vários equipamentos municipais.

Propõe-se que o valor de venda ao público do livro seja de 5€ (cinco euros).

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 184/2021**

10. VOTO DE PESAR – Manuel Pedro Nunes

O barítono barreirense Manuel Pedro Nunes, muito acarinhado pela população barreirense, iniciou os seus estudos musicais na Academia de Amadores de Música, tendo concluído o Curso Superior de Canto no Conservatório de Lisboa.

Posteriormente, prosseguiu os seus estudos em Salzburgo, sob a égide do professor Rudolf Knoll, enquanto bolseiro do Ministério da Cultura e da Fundação Luso-Americana. Trabalhou ainda com a professora Vera Rozsa, em Londres, durante largos períodos, na qualidade de bolseiro, tendo frequentado as mais tarde diversas ‘masterclasses’.

O barítono, muito influenciado pela escola alemã, com preferência para autores como Brahms, Richard Strauss e Schubert, fez a sua estreia internacional em França, tendo atuado também no Chile e nos Estados Unidos da América, e realizado múltiplas apresentações a nível nacional nos Palácios de Queluz, Fronteira, Foz e Ajuda, no Mosteiro dos Jerónimos, em eventos de diversas autarquias, em Universidades, na Fundação Gulbenkian, entre outros locais de prestígio.

Tendo como formação académica de base o curso de Engenharia Química, frequentou ainda o curso de Filologia Clássica e Matemáticas, para além de todo o percurso académico ligado à Música.

Manuel Pedro Nunes Santos, deixou-nos no passado dia 8 de maio, vítima de doença.

Fica na memória de todos os barreirenses os excelentes recitais por ele realizados.

A Câmara Municipal do Barreiro, em Reunião Pública, de 19 de maio, manifesta sentido pesar pelo falecimento de Manuel Pedro Nunes e apresenta condolências à sua família e amigos.

Depois de aprovada a presente deliberação deverá ser endereçada à família de Manuel Pedro Nunes.
Barreiro, 19

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 185/2021**

11. EMPREITADA DE “CONCLUSÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO LOTEAMENTO DA VERDERENA – 2 FASE”. APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS NO VALOR DE 33.628,23€ E, APROVAÇÃO DA REVISÃO DE PREÇOS E CONTA FINAL

Tendo em consideração todo o teor e fundamentação descrita nas informações técnicas nºs 7198 e 7227 da DOME, datadas de 10 de maio de 2021, que faz parte integrante desta proposta, proponho:

- a) A aprovação de trabalhos a menos no valor 33.628,23€, referentes a trabalhos de projeto.
- b) A aprovação do cálculo da revisão de preços nº 2 (provisória), no valor de 4.359,40€
- c) A aprovação da conta final da empreitada onde estão referidos todos os valores de execução técnica e financeira da obra.
- d) Quer seja dado conhecimento ao empreiteiro e empresa de fiscalização;

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **MAIORIA**, com 5 votos a favor PS e PSD e 4 abstenções da CDU que passou a integrar a **Deliberação nº 186/2021**

12. PRORROGAÇÃO DE MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA COVID-19.

Na deliberação camarária de 6 de janeiro de 2021, em foi deliberado aprovar a prorrogação, até 30 de junho de 2021, de algumas medidas tomadas em reuniões anteriores, por forma a minimizar os prejuízos causados ao normal exercício da atividade dos concessionários e comerciantes do concelho devido à pandemia, nomeadamente, no que se refere aos pagamentos devidos ao município relativos a:

- a) Lugares nos mercados (grossistas e retalhistas) e, respetivas faturas de gelo, bem como a taxa de venda ambulante;
- b) Rendas dos mercados – bancas, lojas e afins instalados nos mesmos;
- c) Licenciamento de esplanadas, toldos, publicidade e objetos afins a todos os estabelecimentos comerciais do concelho, com exceção de bancos, instituições de crédito, seguradoras e operadores de comunicação.

Considerando-se que os fundamentos e medidas de apoio aos concessionários dos mercados municipais e comerciantes do concelho, aprovadas pelo executivo camarário em reuniões anteriores, devem manter-se, propõe-se que o executivo camarário delibere aprovar a prorrogação das mesmas, até 31 de dezembro de 2021.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 187/2021**

13. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS, COM VISTA À REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES ACÚSTICAS NO DOMÍNIO DO CRITÉRIO DE INCOMODIDADE

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere sobre a proposta de celebração de protocolo com o Laboratório de Acústica da Câmara Municipal de Odivelas,

Considerando que:

1. O protocolo em apreço reveste especial importância, porquanto permitirá, desde logo, dar cumprimento às competências fiscalizadoras atribuídas ao Município do Barreiro, em sede da aplicação do Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei 9/2007 de 17 de janeiro, na sua redação atual), no que concerne à realização das avaliações acústicas tendentes à verificação da confirmação do cumprimento dos limites de ruído fixados para as atividades ruidosas permanentes, *in casu* objeto de reclamação, suprimindo as carências desta Divisão, a qual não dispõe de meios humanos, equipamento ou da acreditação necessária, para esse efeito, em conformidade com o estatuído no artigo 34.º do citado diploma legal;
2. A prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações constitui tarefa fundamental do Estado, nos termos da Constituição da República Portuguesa e da Lei de Bases do Ambiente. Para dar resposta a tal desiderato, foi aprovado o Regulamento Geral do Ruído, adiante designado somente por RGR, através do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, atualmente na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto. O aludido RGR aplica-se às atividades ruidosas permanentes e temporárias e a outras fontes de ruído suscetíveis de causar incomodidade;
3. Para efeitos do supracitado RGR considera-se:
 - a) «Atividade ruidosa permanente» a atividade desenvolvida com carácter permanente, ainda que sazonal, que produza ruído nocivo ou incomodativo para quem habite ou permaneça em locais onde se fazem sentir os efeitos dessa fonte de ruído, designadamente laboração de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;
4. A instalação e exercício de atividades ruidosas permanentes estão sujeitas ao cumprimento dos valores limites constantes do artigo 11.º do aludido RGR, bem como ao cumprimento do critério de incomodidade, considerado como a diferença entre o valor do indicador L(indice Aeq) do ruído ambiente determinado durante a ocorrência do ruído particular da atividade ou atividades em avaliação e o valor do indicador L(indice Aeq) do ruído residual, diferença que não pode exceder 5 dB(A) no período diurno, 4 dB(A) no período do entardecer e 3 dB(A) no período noturno, nos termos do anexo I ao RGR, do qual faz parte integrante;
5. Constitui competência da entidade coordenadora do licenciamento, a verificação do cumprimento dos valores acima descritos e do critério de incomodidade, sendo efetuada no âmbito do respetivo procedimento de licenciamento, autorização de instalação ou de alteração de atividades ruidosas permanentes;

6. Determinando a alínea d) do artigo 26.º que compete à câmara municipal (e polícia municipal) a fiscalização do cumprimento das normas previstas no RGR, no âmbito das suas atribuições, ou seja, no âmbito das atividades ruidosas permanentes;
7. A fundamentação de facto e de direito, consta nas informações n.º 6502/2020-DF, 6334/2021-DF e parecer jurídico, que fazem parte integrante da presente proposta.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 188/2021**

14. ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 8/2007, DA AUGI Nº 6 – VALE DE TRABUCO – UOPG Nº 111 –PG/752/2011.

O proprietário do lote nº 52, solicitou o pedido de alteração ao alvará de loteamento em apreço, no sentido de corrigir a área de implantação prevista, de forma a se adequar ao definido nas já emitidas licenças de utilização nº 193/64, de 12 de dezembro e, nº 79/86, de 27 de junho. Assim, a área de implantação passará de 108m² para 121 m² e, a área de construção de 216 m² para 242 m², ficando em conformidade com as licenças de utilização emitidas.

Por outro lado, o titular do lote nº 142, bem como o titular dos lotes nºs 134 e 135, vêm requerer a correção gráfica da Planta de Síntese do alvará de loteamento em apreço, no que se refere à cota de soleira e do polígono de implantação.

Pelo exposto e de acordo com a informação nº 7346, de 11 de maio de 2021, da Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território e Informação Geográfica (DPOTIG), que faz parte integrante da presente proposta, verifica-se que os pedidos formulados pelos proprietários dos lotes em apreço enquadram-se com o previsto no regulamento do PDMB para os espaços de habitação em áreas de reconversão (artº 10) e, não causam qualquer constrangimento do ponto de vista urbanístico com os lotes contíguos.

Contudo, as alterações propostas ao lote nº 52 alteram os parâmetros urbanísticos do referido lote e o total da operação urbanística, mantendo-se em vigor as demais condicionantes fixadas na deliberação camarária de 27 de março de 2018, que aprovou o 5º aditamento a este alvará de loteamento.

Pelo exposto, propõe-se que o Executivo Camarário delibere aprovar:

- a) A correção das áreas de implantação e de construção do lote nº 52, de forma a se adequarem às licenças de utilização já emitidas,
- b) A alteração do polígono de implantação e cota de soleira dos lotes nºs 134, 135 e 142

Mais se propõe que, em sequência, seja deliberado aprovar a emissão do 4º aditamento ao alvará de loteamento nº 8/2007, da AUGI nº 6, Vale de Trabuco – UOPG nº 111, cuja minuta se anexa.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 189/2021**

15. ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 3/2013, DA AUGI Nº 19.I – RUA DA PORTAGEM/RUA DAS FLORES – UOPG Nº 163 – LT/933/2003

De acordo com a informação nº 7343, de 11 de maio de 2021, da Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território e Informação Geográfica (DPOTIG), que faz parte integrante da presente proposta, propõe-se que o Executivo Camarário delibere aprovar a alteração de uso do lote nº 23, de habitação e comércio, para apenas habitação.

Para tal informa-se que:

- a) O proprietário do referido lote, apresentou, através de requerimento o pedido de alteração;
- b) As alterações propostas não constituem qualquer constrangimento do ponto de vista urbanístico, mantendo-se em vigor as demais condicionantes fixadas na deliberação camarária de 18 de novembro de 2020, que aprovou o 3º aditamento a alvará em apreço;

Propõe-se ainda que, em consequência, seja deliberado aprovar a minuta do 4º aditamento ao alvará em apreço, anexa a presente proposta,

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 190/2021**

16. ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1/2006, DA AUGI Nº 16 – QUINTA DO TORRÃO – UOPG Nº 102 – PG/28/2016

O proprietário do lote 185, apresentou, através de requerimento o pedido de correção das áreas do lote (implantação e construção), prevista no respetivo alvará de loteamento de forma a que as mesmas se adequem ao mencionado na respetiva descrição da Conservatória do Registo Predial, passando a área do lote a ser de 352,00 m² (implantação 140,80 m² e construção 281,60 m²).

Por outro lado, foi detetado no processo de construção CT/75/76, referente ao lote nº 112, que a descrição predial mencionada era a do lote nº 111, pelo que, importa proceder à correção das respetivas descrições prediais que se encontram trocadas.

Por último, o proprietário dos lotes nºs 20, 21 e 23 (e também proprietário do lote nº 24), vem requerer a anexação destes três lotes para, num futuro próximo, construir uma única moradia. Com efeito, torna-se necessário deslocar o caminho pedonal que faz ligação com a Quinta das Rebeças, atualmente entre os lotes nº 21 e 23, para os lotes nº 23 e 24. Esta alteração tem a vantagem de eliminar o atual atravessamento automóvel feito de forma indevida.

Pelo exposto e de acordo com a informação nº 7407, de 12 de maio de 2021, da Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território e Informação Geográfica (DPOTIG), que faz parte integrante da presente proposta, verifica-se que os pedidos formulados pelos proprietários dos lotes em apreço enquadram-se com o previsto no regulamento do PDMB para os espaços de habitação em áreas de reconversão (artº 10) e não causam qualquer constrangimento do ponto de vista urbanístico, alterando, no entanto, os parâmetros urbanísticos referentes aos lotes e ao total da operação de loteamento. As demais condicionantes fixadas na deliberação camarária de 1 de junho de 2016 que aprovou o 1º aditamento a este alvará de loteamento, mantêm-se em vigor.

Pelo exposto, propõe-se que o Executivo Camarário delibere aprovar:

- a) A correção das áreas de implantação, do lote nº 185, de forma a se adequarem ao que consta na respetiva descrição da Conservatória do Registo Predial,
- b) A correção das descrições prediais relativas aos lotes nº 111 e 112, que se encontram trocadas,
- c) A reorganização dos lotes nº 20, 21 e 23, de modo a permitir a sua futura anexação e por consequência a deslocação da passagem pedonal que passará a fazer-se entre os lotes nº 23 e 24.

Mais se propõe que, em sequência, seja deliberado aprovar a emissão do 2º aditamento ao alvará de loteamento nº 1/2006, da AUGI nº 16, Quinta do Torrão – UOPG nº 102, cuja minuta se anexa.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 191/2021**

17. ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 3/2006, DA AUGI Nº 8 – QUINTA DO VISCONDE – UOPG Nº 136 – FREGUESIA DE STº ANTÓNIO DA CHARNECA – LT/140/2018

O proprietário dos lotes 46, 47 e 48, apresentou, através de requerimento o pedido de alteração ao alvará de loteamento em apreço, no sentido de juntar os lotes nº 47 e 48 e, alterar a área de implantação do lote nº 46.

Da junção dos referidos lotes, resultará que o lote nº 48 ficará com uma área de 797,90 m²: implantação 250,00 m² e construção 500 m².

Em consequência da junção dos lotes atrás mencionados, o requerente solicita que seja aceite o pedido de alteração do polígono referente ao lote nº 46, passando de moradia geminada, para moradia isolada, cumprindo todos os afastamentos definidos no PDM.

Por outro lado, o proprietário do lote nº 63, vem requerer a correção gráfica da Planta de Síntese do já mencionado alvará de loteamento, no que respeita à cota de soleira, passando esta de 49,40m para 49,00m.

De acordo com a informação nº 7396, de 12 de maio de 2021, da Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território e Informação Geográfica (DPOTIG), que faz parte integrante da presente proposta, verifica-se que os pedidos formulados pelos proprietários dos lotes em apreço enquadram-se com o previsto no regulamento do PDMB para os espaços de habitação em áreas de reconversão (artº 10) e, não causam qualquer constrangimento do ponto de vista urbanístico com os lotes contíguos, mantendo-se em vigor as demais condicionantes fixadas na deliberação camarária de 26 de julho de 2019, que aprovou o 4º aditamento a este alvará de loteamento.

Pelo exposto, propõe-se que o Executivo Camarário delibere aprovar:

- a) A junção dos lotes 47 e 48,
- b) A alteração da área de implantação do lote nº 46 e,
- c) A alteração da cota de soleira do lote nº 63.

Mais se propõe que, em sequência, seja deliberado aprovar a emissão do 5º aditamento ao alvará de loteamento nº 3/2006, da AUGI nº 8, Quinta do Visconde – UOPG nº 136 – Freguesia de Santo António da Charneca, cuja minuta se anexa.

DELIBERAÇÃO: Aprovada por **UNANIMIDADE**, que passou a integrar a **Deliberação nº 192/2021**

18. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO – CONCRETIZAÇÃO DE PERCURSOS CICLÁVEIS 2021 – FASE 1 – NO ÂMBITO DA REDE CICLÁVEL DO BARREIRO

No âmbito da estratégia Barreiro XXI (eixo da mobilidade) importa dar continuidade à política urbana do Município do Barreiro, no âmbito da vertente estratégica de promoção de sustentabilidade ambiental e melhoria da qualidade de vida na nossa cidade.

Por um lado, a mobilidade ciclável tem sido assumida como uma orientação estratégica sobre a qual o Município do Barreiro tem vindo a refletir e a intervir, tendo em atenção:

- a) A demonstração da sua pertinência e dos benefícios que promove, quer para os utilizadores quer para o Município;

b) A sua importância enquanto componente das deslocações urbanas, de curta distância, que fomentam ligações a diversos pontos do concelho e às redes cicláveis dos concelhos vizinhos e que estão integradas no sistema de transportes públicos coletivos, inserindo-se desta forma numa plataforma regional de mobilidade mais sustentável e amiga do ambiente.

Por outro lado, e tendo em conta as medidas adotadas para aplanar a curva das contaminações da atual pandemia – COVID 19 – impulsionou uma emergente necessidade de, nos percursos urbanos curtos, vir a ser priorizado o transporte ativo, como é o caso do modo ciclável (uso da bicicleta).

Nesse sentido, considera-se que a articulação entre os troços cicláveis, na Fase 1, de implementação da rede ciclável em 2021, com as infraestruturas cicláveis existentes potenciam a utilização deste modo suave de deslocação (a bicicleta) como uma alternativa sustentável à utilização do automóvel nas deslocações urbanas diárias, promovendo o aproveitamento das vantagens inerentes a este modo de transporte, entre outros exemplos: redução da emissão de gases poluentes e partículas para a atmosfera, diminuição dos níveis de sedentarismo e de obesidade, menores níveis de ruído, maiores níveis de segurança rodoviária e uma melhoria geral da qualidade de vida na cidade.

Pelo exposto e face ao teor da informação da DPOTIG, que faz parte integrante da presente proposta, submete-se a deliberação do executivo camarário a aprovação da Fase 1 da rede de percursos cicláveis a implementar em 2021, a qual integra a proposta de concretização dos percursos cicláveis na Av. Escola Fuzileiros Navais, rua Jornal Heraldo (em Santo André), rua Mário Pereira (na escavadeira) e integração do percurso ciclável, no interior do Parque da Cidade.

PROPOSTA RETIRADA

19. ATRIBUIÇÃO GRATUITA DE LIVROS ESCOLARES AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O 1º CICLO NO ENSINO PRIVADO E RESIDAM NO CONCELHO DO BARREIRO

A Proposta inicialmente apresentada, em sede da reunião de Câmara de dia 7 de abril propunha que o município oferecesse os manuais escolares aos alunos que frequentassem o ensino privado do 1º ao 12º ano, para o ano letivo 2021/2022, e que residissem no concelho do Barreiro.

O critério de atribuição então apresentado tinha por base os rendimentos auferidos pelo agregado familiar e implicava um processo de seleção que poderia, à final, ser demasiado subjetivo e discriminatório.

Por outro lado, o processo poderia tornar-se demorado, uma vez que seria necessário proceder a uma candidatura e seleção, sendo que o ano escolar se aproxima do final.

Sem prejuízo, a verdade é que a aquisição de manuais e material escolar constitui um ónus para as famílias, independentemente de os alunos frequentarem o ensino público ou privado. Pelo que, também, os alunos do ensino privado devem merecer um apoio à educação. Até porque, muitas vezes a opção pelo privado não é uma questão de livre escolha, mas de necessidade da dinâmica do agregado familiar, nomeadamente por questões profissionais dos progenitores.

Assim, e à semelhança do levado a cabo inicialmente pelo Estado, afigura-se que será de atribuir aos alunos do 1º ciclo os manuais escolares a título gratuito. Sendo que, de acordo com o levantamento efetuado, serão cerca de 400 alunos que poderão beneficiar deste apoio e o valor estimado de custo dos manuais curriculares ascenderá a cerca de €20.000 (vinte mil euros).

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

Oferecer os manuais escolares aos alunos que frequentem o 1º ciclo, no ensino privado e tenham residência do Barreiro;

Seja elaborada uma lista das papelarias e livrarias do concelho que vendam livros escolares;

Seja atribuído um voucher a cada agregado familiar para troca direta nas papelarias e livrarias referenciadas.

Esta Proposta tem cabimento na seguinte Rubrica Orçamental: 0502 040802

Centro de Custos – 05130402


DELIBERAÇÃO: REPROVADA, com 4 abstenções do PS, 1 voto a favor PSD e 4 votos contra da CDU, que passou a integrar a Deliberação nº 193/2021

- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO E APROVAÇÃO DA ATA-

Os textos das deliberações (propostas) foram aprovados em minuta, nos termos da deliberação nº 3/2018 tomada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 12/01/2018, tendo para o efeito sido assinadas pelo Sr. Presidente da Câmara e por quem as lavrou.

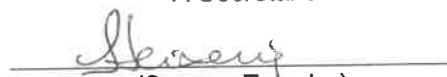
Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a presente reunião, pelas vinte horas e oito minutos, da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada por **UNANIMIDADE** na reunião de 15 de dezembro de 2021, vai por mim ser assinada, Susana Teixeira, Assistente técnica da Divisão Jurídica e de Administração Geral, que a lavrei na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente da Câmara Frederico Rosa.

O Presidente



(Frederico Rosa)

A Secretária



(Susana Teixeira)

